

# **RACISMO E SOCIEDADE MEDIATIZADA: apontamentos conceituais<sup>1</sup>**

## **RACISM AND MEDIATED SOCIETY: conceptual notes**

Dennis de Oliveira<sup>2</sup>

**Resumo:** *O conceito de racismo estrutural ganhou visibilidade nos últimos anos, graças a produção acadêmica de intelectuais negros e também pela pressão do movimento social de negros. A disseminação deste conceito pressionou a indústria midiática a tratar o tema do racismo de forma mais intensa, desde incorporando o tema as suas políticas empresariais como também editando produtos que tangenciam o tema do racismo e a agenda da diversidade. Este artigo trata deste movimento na mídia no contexto da mediatização da sociedade e os impactos nas disputas étnicas dos capitais simbólicos.*

**Palavras-Chave:** *Racismo e mídia. Relações raciais e mediatização. Mediatização e conflitos raciais*

**Abstract:** *The concept of structural racism has gained visibility in recent years, thanks to the academic production of black intellectuals and also due to pressure from the black social movement. The dissemination of this concept has pressured the media industry to address the issue of racism more intensely, from incorporating the issue into its corporate policies as well as publishing products that touch the issue of racism and the diversity agenda. This article deals with this movement in the media in the context of the mediated society and the impacts on ethnic disputes of symbolic capital..*

**Keywords:** *Racism and mass media. Race relations and mediated society. Mediated society and racial conflicts*

### **1. Os conceitos de racismo estrutural**

O conceito de racismo estrutural tem sido muito disseminado nos dias atuais. No ano de 2000, durante a realização do Foro de Movimentos Sociais na cidade de Quito (Equador), evento preparatório para a Conferência de Durban de 2001, apresentamos este conceito como uma lógica que sustenta os paradigmas de acumulação flexível do capitalismo global. O texto intitulado “Racismo estrutural: apontamentos para uma discussão conceitual” foi apresentado oralmente na abertura deste evento e disponibilizado no site da Agencia Latino Americana de Informação (OLIVEIRA, 2001).

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação, Raça e Interseccionalidades do 32º Encontro Anual da Compós. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 03 a 07 de julho de 2023.

<sup>2</sup> Professor livre-docente da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de S. Paulo. Professor do Programa de Pós Graduação em Integração da América Latina (Prolam) e Programa de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política (Promuspp). E-mail: dennisol@usp.br

Posteriormente, o conceito de racismo estrutural ressurge no debate acadêmico brasileiro com a obra de Silvio Almeida. Partindo do conceito althusseriano de *processo*, Almeida aponta que o racismo estrutural é uma lógica que ordena as arquiteturas institucionais e sociais transcendendo tanto a dimensão comportamental como institucional do racismo.

A viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade. O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica. (...) O que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. (ALMEIDA, 2018, p. 39)

Um dos diálogos estabelecidos pela obra de Almeida é com os limites das ideias de representatividade e identitarismo como suficientes para acabar com o racismo.

Finalmente, no ano de 2021, lançamos a obra *Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica* (OLIVEIRA, 2021) no qual desenhamos o conceito de racismo estrutural a partir das seguintes camadas teóricas:

- a-) a lógica do racismo como legitimador do contexto de superexploração do trabalho como matriz dos territórios de capitalismo dependente como é o caso do Brasil<sup>3</sup>;
- b-) como pano de fundo para possibilitar esta forma de acumulação de riquezas via a superexploração do trabalho, a instituição de um arranjo institucional centrado no que os pensadores decoloniais latino-americanos chamam de *matriz colonial de poder* (QUIJANO, 2005) e a crítica à modernidade feita por Charles Wade Mills feita em *contrato racial*. (MILLS, 1999)

Diante deste percurso teórico, o desafio a ser refletido é como este racismo estrutural se manifesta dentro de uma instituição paradigmática dos arranjos institucionais do capitalismo que são os meios de comunicação de massa e, em especial, o jornalismo.

Para John B. Thompson (2002), os meios de comunicação de massa funcionam como instituições paradigmáticas do poder simbólico. Esta constatação parte do que o autor considera poder como “um fenômeno social penetrante característico de diferentes tipos de ação e de

---

<sup>3</sup> O conceito de superexploração do trabalho é proposto pelos pensadores da Teoria Marxista da Dependência, como Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra e Theotônio dos Santos. Marini considera que pela condição de subalternidade no circuito global do capitalismo, as burguesias dos países de capitalismo dependente compensam o fato de terem que dividir o bolo da acumulação com as burguesias centrais instituindo nos seus países de origem a superexploração do trabalho que é o pagamento da força de trabalho em valores inferiores ao mínimo necessário para a sua reprodução. Ver em MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia* 5. ed. México: Era, 1981. Ver também a obra de LUCE, M. S. *Teoria marxista da dependência*: S. Paulo: Expressão Popular, 2018

encontro, desde as mais reconhecidamente políticas de funcionários públicos até encontros mais prosaicos entre indivíduos na rua” (p. 21).

Neste sentido, os meios de comunicação compõem parte de um desenho institucional onde realizam o que Thompson chama de *poder simbólico*, ou seja, “capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, influenciar a ação dos outros e produzir eventos por meio de produção e da transmissão de formas simbólicas”. (p. 24)

O poder simbólico completa um quadro institucional das estruturas de poder do capitalismo, ao lado do poder econômico (cuja instituição paradigmática é a empresa), do poder político (instituição paradigmática: os partidos políticos) e o poder coercitivo (exercido pelos aparatos militarizados que exercem o monopólio da violência legítima do Estado moderno). Neste desenho institucional dos poderes, Thompson enfatiza a ação articulada entre eles perpassado pelo sentido de manutenção da ordem social vigente.

O racismo estrutural é o elemento formatador dos arranjos institucionais do capitalismo dependente. Isto significa que a raça é uma categoria fundamental na naturalização de hierarquias sociais, ao mesmo tempo que normatiza um determinado padrão de sujeitos com direito a participação no comando das instituições paradigmáticas dos controles dos arranjos institucionais.

Tal reflexão é mais fácil de ser assimilada quando os modelos de estruturação dos arranjos institucionais de poder são fixos, dentro de uma unidimensionalidade comum às formas clássicas de reprodução do capital e organização do trabalho. O disciplinamento de corpos voltado a uma produção rigidamente hierarquizada possibilita enxergar as normatividades brancas e masculinas de forma mais nítida, razão pela qual a invisibilidade de corpos negros nos produtos midiáticos ter sido a principal tônica dos estudos que enfocam mídia e racismo.<sup>4</sup>

As mudanças nos paradigmas de acumulação e reprodução do capital forçaram uma mudança tanto nas perspectivas societárias como também no que Nancy Fraser (FRASER, JAEGGI, 2020) chama de “pano de fundo” (a dimensão societária responsável pela reprodução dos sujeitos aderentes as relações de produção).

Quais mudanças ocorrem?

---

<sup>4</sup> Ver por exemplo a obra de ARAUJO, J. Z. A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira. S. Paulo: Editora Senac, 2019; CARRANÇA, F.; BORGES, R. (orgs) Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro. S. Paulo: Imesp, 2004

Primeiro, o deslocamento de uma padronização estética imposta para uma padronização comportamental que seduz ao engajamento. Byung-Chul Han (2018) chama este processo de transfiguração da “biopolítica” (controle dos corpos por meio de um poder disciplinar) para a “psicopolítica” (autocontrole pela mente destituída de reflexão e seduzida/engajada).

Uma das consequências desta transição é a superação de uma negatividade produto do disciplinamento para uma positividade. Foucault, o pensador que desenvolve o conceito de biopolítica, insiste no aspecto da positividade do poder. Embora ele se expresse em primeiro momento na negatividade, o seu objetivo é produtivo. Porém, esta positividade também implica em uma negação, o que se percebe, por exemplo, na ideia de grelha discursiva como Foucault (1996) define a ordem do discurso.

A positividade da *psicopolítica* está presente, por exemplo, no uso e abuso da palavra “potência” e “empoderamento”. Potência aparece como um reconhecimento de valor latente que pode se transformar em uma força cinética desde que posta em determinado percurso. O empoderamento é, então, o processo político em que se transforma estes valores latentes (e não manifestos porque estão interditados por determinadas barreiras institucionais e/ou comportamentais) em ações potenciais.

A partir daí, entra-se na segunda ordem de mudanças que é a incorporação do que é estruturante ao que é contingente. Se o percurso de mudança se individualiza no sentido de emponderar para movimentar o latente em potencial, o enfrentamento dá-se nas barreiras contingentes que eventualmente devem ser enfrentadas neste caminho. Como a estrutura se oculta por conta de se expressar pela positividade/possibilidade, gera-se a impressão de que a estrutura é o conjunto de barreiras contingentes existentes institucionalmente. Daí que o racismo estrutural, mais que um conceito, se transforma em um chavão explicativo para tudo o que ocorre como preconceito no discurso midiático, a partir de uma equivalência do contingente ao estruturante. E é no campo dos meios de comunicação de massa que esta perspectiva relativista do racismo estrutural encontra seu terreno mais fértil.

## **2. O racismo midiaticizado**

Conceituamos o racismo midiático como a expressão do racismo estrutural na perspectiva histórico-crítica dentro da instituição paradigmática do poder simbólico, os meios de comunicação de massa. Isto significa que as dinâmicas do arranjo institucional da matriz colonial de poder e a constituição de sujeitos adequados a lógica da reprodução do capital via

a superexploração se articulam, de forma complexa, com a lógica do racismo estrutural para se legitimarem.

A grande questão que se coloca dentro desta nova configuração das formas de reprodução do capital é como esta articulação ocorre tendo a positividade como lógica de exercício do poder. Embora ainda a presença de negras e negros nos espaços midiáticos é pequena, em alguns casos, residual; não há como negar que este cenário tem mudado (ainda que lentamente) tanto em função da pressão dos movimentos sociais negros como também pelas mudanças das estratégias de poder do capital.

Sueli Carneiro (2002) afirma que há uma incorporação político-institucional das demandas do movimento social de negros por parte do Estado, destituindo negras e negros do protagonismo das ações e também um estabelecimento de limites para o exercício da cidadania negra na ótica do consumo configurando o que ela chama de “neodemocracia racial”.

Esta afirmação de Sueli Carneiro é importante porém ainda não dá conta de toda a complexidade do problema pois o que ela aponta é uma combinação de restrição de “cidadania” à ótica do consumo e interdição da presença negra no controle dos mecanismos institucionais (quando ela fala da destituição do protagonismo negro). Ainda que isto aconteça, tal raciocínio se mantém no aspecto da negação e do disciplinamento (típica de uma tradição foucaultiana). Por esta linha, o aumento do protagonismo negro nos espaços de poder (seja ele simbólico, econômico, político ou coercitivo nos termos dados por Thompson) seria o caminho para a superação do racismo estrutural.

A perspectiva relativista articulada com a positividade da psicopolítica ao fazer a equivalência do contingente com o estruturante centraliza o comportamento no voluntarismo subjetivo. Daí, então que tanto racismo como antirracismo são formas de ser, de atuar dentro dos seus campos, independente das estruturas que os mantêm. A frase “não basta combater o racismo, é preciso ser antirracista” alardeada nos últimos tempos é uma faca de dois gumes. Ao mesmo tempo que demarca campo com os que meramente dizem de forma hipócrita não serem racistas (comum em uma sociedade racista permeada pelo mito da democracia racial) reforça este caminho relativista em que a avaliação política está nas atitudes e não no reforço ou não das estruturas.

Kellner (2001) afirma que no final dos anos 1980:

...várias cepas do pós-estruturalismo francês sofreram mutação, transformando-se em teoria pós-moderna. Em certo sentido, a teoria pós-moderna ostenta as paixões dos anos 1960 sublimadas em discurso teórico. A fratura ou ruptura desejadas nos anos

1960, ruptura então descrita no discurso da revolução, é projetada para a própria história ou para domínios mais limitados da sociedade e da cultura. No entanto, as fraturas e rupturas apocalípticas postuladas nos anos 1960 como objeto de luta política passam a ser descritas em algumas teorias pós-modernas como rupturas resultantes de novas tecnologias, sem o esforço da luta revolucionária, repetindo os velhos discursos do determinismo tecnológico. (p. 36)

Assim, há um deslocamento dos conflitos do questionamento da ordem social para tipologias de comportamentos e atitudes. Tal situação encontra terreno mais favorável com a atual configuração das mediações hegemônica pelas plataformas de rede.

Outra camada teórica importante é a construção da categoria de midiatização feita pelo pensador Muniz Sodré. Esta categoria parte, primeiramente, de um diagnóstico da sociedade contemporânea chamada por ele de *momento tecnocultural* (SODRÉ, 1996) em que articulam dimensões da cultura, tecnologia e economia de mercado. Especificamente em relação a tecnologia, Muniz Sodré considera que mais que mudanças nos suportes de disseminação de informação, as atuais tecnologias de comunicação são tecnologias de sociabilidade. Além das mudanças nos processos de comunicação – de uma transmissão encadeada de um ponto a outro para o que Sodré chama de “irradiação” (SODRÉ, 2002) - há um refluxo da razão instrumental enquanto caminho para se chegar a uma pretensa verdade absoluta (herança tanto da perspectiva filosófica helênica dos pós-socráticos como do “esclarecimento da Modernidade”) em prol da sensibilidade pautada pela capacidade argumentativa ou, como diz o próprio Sodré (1996), uma herança da *retórica* da filosofia helênica pré-socrática.

Desta forma, os meios de comunicação hegemônicos incorporam a agenda da diversidade e da representatividade como forma de, ao mesmo tempo, demonstrarem uma legitimidade por expressarem uma universalidade que *contempla as diferenças* (portanto, não impositiva em termos normativos) como também abrirem espaços específicos para que o tema da diversidade seja expresso dentro de uma ambiência conflitiva da retórica e apreensões sensíveis (SODRÉ, 2018).

Com isto, gera um tipo de “salvo-conduto” para a defesa da manutenção das estruturas que funcionam sob a lógica do racismo estrutural e que legitimam o papel dos meios de comunicação como instituições paradigmáticas do poder simbólico. As próprias polêmicas que surgem a partir da lógica da branquitude nestas instituições são rapidamente absorvidas por elas próprias e se transformam em mecanismos de legitimação.

Para demonstrar como se dá esta operação das estratégias narrativas midiáticas em relação aos conflitos raciais, analisamos dois casos: o primeiro foi da cobertura do assassinato

de George Floyd nos Estados Unidos, em 2020 pela Globo News e o segundo, a polêmica em relação ao artigo de Antonio Risério no jornal Folha de S. Paulo no ano de 2021.

### 3. A “autocrítica” da Globo News

Em 25 de maio de 2020, nos Estados Unidos, o policial Derek Chauvin matou George Floyd, ao estrangulá-lo quando deitou o peso do seu corpo sobre seu pescoço. O fato ocorreu na cidade de Minneapolis e rapidamente repercutiu no mundo todo, gerando protestos nas ruas apesar das políticas de isolamento impostas por conta da pandemia do coronavírus. As últimas palavras de Floyd – “não consigo respirar” – se transformaram em frase de protesto no mundo todo.

Estes protestos contra o brutal assassinato de Floyd foi amplamente coberto pelos meios de comunicação hegemônicos brasileiros. Uma das hipóteses para que a cobertura de casos de racismo fora do Brasil seja grande é reforçar a ideia de que por aqui há uma *tolerância racial*, o racismo mais cruel é um fenômeno de fora.

No dia 2 de junho de 2020, no programa “GloboNews em Pauta”, uma bancada formada só por jornalistas e comentaristas brancos debateu o tema do racismo na esteira do caso Floyd. Houve forte reação nas redes sociais, principalmente por parte de negras e negros, que forçou a Rede Globo a realizar uma edição do mesmo programa, no dia 3 de junho, somente com cinco profissionais negras e um negro da emissora: Maju Coutinho, Aline Midlej, Flavia Oliveira, Zileide Silva, Lilian Ribeiro e Heraldo Pereira (este no estúdio). A atitude foi vista como uma “autocrítica” da emissora principalmente pela rapidez na correção (apenas um dia). No dia 4 de junho, Iran Gusti, influenciador digital, publicou matéria no portal Casa 1 sobre o assunto destacando, além da “autocrítica” global, o fato da emissora ter um grupo de “afinidade negra” chamado Diáspora que reúne os profissionais negros da emissora.<sup>5</sup>

Segundo este mesmo artigo, o programa partiu do caso George Floyd como gancho para discutir o racismo no Brasil que foi destacado por cada um dos participantes da seguinte forma:

- Lilian Ribeiro contou sua experiência como primeira aluna da turma de cotas do curso de jornalismo e a necessidade das empresas mudarem seus critérios de seleção (que ainda se pautam por critérios raciais);
- Maju Coutinho falou dos mecanismos de atualização do sistema racista;

---

<sup>5</sup> GIUSTI, I. GloboNews escala time exclusivo de jornalistas negros e negras para falar sobre racismo. (disponível em <https://www.casaum.org/globonews-escala-time-exclusivo-de-jornalistas-negros-e-negras-para-falar-sobre-racismo/> - acesso em 22/02/2023)

- Aline Midjed enfocou o potencial da identidade negra no mercado consumidor;
- Flavia Oliveira falou da ausência de negras e negros em cargos de comando;
- Zileide Silva comentou como a crença de que a eleição de Obama parecia ter mudado o panorama (o que não aconteceu);
- Heraldo Pereira falou da sua experiência pessoal em furar os bloqueios impostos pelo racismo.

O programa chamou a atenção e despertou a sensibilidade do público por ter uma presença exclusiva de negros e negras – portanto, foi *disruptivo* do ponto de vista da formalidade estética e isto se transformou no capital simbólico tanto para chamar audiência como ter legitimidade discursiva sobre o tema.

Esta legitimidade possibilitou que o racismo fosse debatido a partir das trajetórias dos seus participantes, pois o capital simbólico dos mesmos se constitui, neste caso singular, por serem pessoas negras e que, portanto, enfrentaram e *venceram* barreiras raciais para estar na maior emissora do Brasil.

Excetuando a fala de Maju Coutinho sobre as constantes atualizações do sistema racista e a necessidade de ficar atento a ele, as demais falas se encaixam na estrutura dos potenciais cinéticos interditados por barreiras raciais e a necessidade de enfrentamentos para se chegar ao “emponderamento” (ou como disse a jornalista Flavia Oliveira, ter mais negras e negros em cargos de direção e comando para romper a sua “invisibilidade” que, segundo ela, é maior no Brasil que nos Estados Unidos).

#### **4. A relativização do racismo na Folha de S. Paulo**

No ano de 2021, o jornal Folha de S. Paulo, jornal impresso diário de maior tiragem do país, convidou duas personalidades negras para compor o seu Conselho Editorial, a filósofa Sueli Carneiro (já citada neste artigo) e o advogado Thiago Amparo. Segundo o próprio jornal,

O colegiado ganha agora sua configuração mais eclética desde foi criado, em maio de 1978. Há diversidade nesse grupo de 11 pessoas em um sentido amplo: não apenas de gênero, raça e religião, mas também de pontos de vista. (FOLHA DE S. PAULO, 2022)

No mês de outubro deste mesmo ano, Sueli Carneiro decide sair do Conselho. Muitos creditam esta saída dela a um artigo assinado por Leandro Narloch (2021) intitulado “Luxo e riqueza de sinhás pretas” no qual trata da existência de mulheres negras que foram “sinhás” no período da escravidão e que deveriam, na opinião do articulista, serem as referências do movimento negro e não aqueles que foram escravizados.

Em janeiro de 2022, Antonio Risério, antropólogo, assina outro artigo no caderno Ilustríssima do jornal Folha de S. Paulo com o título de “Racismo de negros contra brancos ganha força com identitarismo” onde enfoca um pretenso crescimento do “racismo de negros contra brancos”.<sup>6</sup> O artigo gerou inúmeros protestos, assim como o de Narloch.

Qual foi a postura do jornal ante isto?

Primeiro, deu espaço para que pessoas criticassem os artigos. Thiago Amparo, Petrônio Domingues e ainda um manifesto assinado por 186 jornalistas, muitos da própria Folha de S. Paulo criticaram duramente a publicação do artigo de Risério. Este, por sua vez, também recebeu apoio de outras centenas de pessoas e teve a réplica garantida em uma entrevista concedida ao site Poder360, hospedado no portal UOL.

Mais adiante, o editor da Folha de S. Paulo, Sérgio Dávila, critica os jornalistas do jornal que assinaram o manifesto, bem como no caso do artigo de Narloch, que foi alvo de críticas do ombudsman do jornal, saiu em defesa da sua publicação. O argumento em ambos casos é a defesa da “pluralidade”.

Dávila afirma que a Folha não publica textos que fazem apologia ou relativizam o racismo porque “racismo é crime” e que o jornal tem tomado iniciativas de promoção de combate ao racismo, como a criação da editoria de Diversidade e o programa de treinamento exclusivamente para jornalistas negros e negras.

Em artigo publicado no jornal Unidade, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do estado de S. Paulo (OLIVEIRA, 2022) apontamos como o mantra da diversidade e pluralidade se transformou no principal capital simbólico e elemento de legitimidade do jornal Folha de S. Paulo. Analisando o projeto Folha que se consolidou justamente no processo de redemocratização no final dos anos 1980 no Brasil, a defesa da diversidade de ideias (como contraponto a um regime autoritário) era o caminho mais eficaz para legitimar um projeto comercial de jornalismo em uma sociedade democrática. O projeto Folha é o exemplo mais bem sucedido de mercantilização do direito de liberdade de expressão.

Ao deslocar o debate sobre racismo dentro do espectro de *pluralidade de ideias*, indiretamente o veículo coloca que o discurso sobre racismo se insere no campo da liberdade de expressão. Ou, recuperando o conceito de Muniz Sodré, da retórica pré-socrática. Por isto,

---

<sup>6</sup> RISERIO, A. “Racismo de negros contra brancos ganha força com identitarismo” in: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/01/racismo-de-negros-contra-brancos-ganha-forca-com-identitarismo.shtml> (acesso 22/02/2023)

abrir espaço para as críticas ao artigo de Risério e a defesa também feita pela direção do jornal da publicação do texto de Leandro Narloch, colunista que trabalhou na CNN e foi demitido por conta de comentários homofóbicos, com a abertura de espaço para textos contrapostos posiciona o tema do racismo fora da esfera de um consenso ético nos moldes do que Kant (1974) chama de *imperativo categórico*:

1. “Age como se a máxima de tua ação devesse tornar-se, através da tua vontade, uma lei universal”.
2. “Age de tal forma que uses a humanidade tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e ao mesmo tempo, como fim e nunca como meio”.
3. “Age de tal maneira que a tua vontade possa encarar a si mesma, ao mesmo tempo como um legislador universal através de máximas”.

Em outras palavras, o racismo é relativizado como categoria ética e tratado na esfera dos comportamentos possíveis. A publicação de artigos de pessoas que defendem posições distintas em relação a agenda antirracista é tratada como uma postura democrática e caberia aos articulistas negras e negros demonstrarem competência *retórica* na defesa das suas posições.

## 5. Estratégias discursivas das duas empresas midiáticas

Nestes dois episódios distintos, verificamos como a concepção relativista de racismo se expressa midiaticamente em duas experiências que se singularizam mas que se articulam do ponto de vista estrutural.

No caso da Globo, por ser um programa de televisão, se estabelece o que John B. Thompson (2002) chama de “quase-interação mediada” isto é, aquela que se realiza de forma dual: uma recepção de informações (como ocorre nos meios impressos, como jornais, revistas, livros) e também um tipo específico de interação (ou “quase-interação” porque o fluxo de informações se dá de forma unidirecional) com os personagens que estão distantes no espaço (e as vezes no tempo) pelas mediações tecnológicas.

Esta quase-interação se consubstancia pela imagem: as informações não são apenas as que são veiculadas mas quem emite tais informações. Daí que a diferença que se estabeleceu entre os programas da Globo News dos dias 2 e 3 de junho de 2020 não foi o conteúdo em si mas quem passou o conteúdo: pessoas brancas ou pessoas negras. As cinco jornalistas negras e o jornalista negro que participaram do programa no dia 3 eram, *em si, a informação relevante*

– por isto, o peso das suas trajetórias pessoais como estoques simbólicos para fomentar o debate. Não são pessoas negras apenas, mas *pessoas negras que estão falando na Globo*.

Isto traz dois aspectos: o primeiro é a legitimação da Globo, como instituição do poder, ao *abrir espaço* para pessoas negras falarem do seu lugar de fala legítima; o segundo, é o capital simbólico adquirido por estes jornalistas negros da Globo que legitimam suas falas e percursos como modelos de enfrentamento ao racismo (o que, em última instância, reforça a legitimação da Globo como instituição que concede o capital simbólico).<sup>7</sup>

No caso da Folha de S. Paulo, por se tratar de um veículo impresso, também se realiza a quase-interação mediada pois trata-se tanto de um fluxo unidirecional de transmissão de informações como também de interação social com seus autores. A diferença entre as duas empresas midiáticas é o suporte (TV e impresso) e os valores simbólicos que cada um destes meios constroem nos seus processos de interação. Diferentemente da televisão em que há um peso grande do caráter imagético e, portanto, a dimensão do sensível como afirma Sodré é mais aparente, no impresso – e, em particular, em um jornal destinado às classes médias urbanas como a Folha de S. Paulo – ocorre um processo de valorização simbólica que se insere no que Thompson chama de “conflitos de valor”.

Diferentes graus de valor simbólico podem ser atribuídos as formas simbólicas pelos indivíduos que as produzem e recebem, de tal modo que um objeto que é apreciado por alguns pode ser condenado ou desprezado por outros. Podemos descrever esse fato como um *conflito de valorização simbólica*. (...) Algumas valorizações levam um maior peso do que outras em função do indivíduo que as oferece e da posição da qual fala; e alguns indivíduos estão em uma melhor posição do que outros para oferecer valorizações e, se for o caso, impô-las. (THOMPSON, 2011, p. 204)

Enquanto que na Globo News os profissionais se legitimam pelas suas próprias imagens – são importantes porque aparecem lá e aparecem lá porque são importantes numa perspectiva tautológica, típica da “celebridade” – no jornal Folha de S. Paulo, há uma busca de legitimidade de fala por um certo saber acadêmico uma vez que este tipo de meio ainda se reveste da ideia do “esclarecimento”. Os lugares dos produtores das narrativas (ou das formas simbólicas) são os legitimadores. A ausência de uma mediação puramente imagética facilita isso no suporte impresso – Riserio e Narloch não são “homens brancos”, mas articulistas com determinado capital simbólico que os legitima falar do assunto.

---

<sup>7</sup> Aqui há uma possível aproximação com o conceito de *tautismo* de Lucien Sfez (SFEZ, L. Crítica da comunicação. S. Paulo: Loyola, 1994) porém, por ora, não entraremos nesta camada analítica.

O que unifica as duas estratégias de narrativas midiáticas é que ambas buscam constituírem-se como espaços de legitimação dos debates raciais. Isto alavanca outros produtos midiáticos oferecidos por estas empresas midiáticas que tangenciam este tema. Exemplos:

I - A minissérie “Falas femininas, histórias impossíveis” que estreou na Rede Globo em 6 de março de 2023, produção que contou com roteiro assinado por três mulheres negras (Renata Martins, Grace Passô e Jaqueline Souza), cujo episódio de estreia tratou das relações entre uma mulher negra trabalhadora doméstica e a patroa, uma mulher branca.

II – As tensões raciais que movem as disputas internas nos reality shows, em especial o Big Brother Brasil, também na Rede Globo.

III – Produtos segmentados no portal UOL, como o portal Universa em que temáticas de gênero e raça são debatidos tendo como pano de fundo uma espécie de *compliance* de vidas particulares. O portal combina iniciativas empresariais pela agenda da diversidade, entrevistas com celebridades que tocam nestes temas a partir das suas perspectivas particulares (mais um exemplo da dimensão universal pensada a partir da particularidade).

## 6. Considerações finais

O aparente engajamento que este esquema narrativo propiciaria para um comportamento de maior “tolerância” racial não se realiza plenamente justamente por conta da apreensão relativista de racismo estrutural. Aqui, há uma subversão do conceito de racismo como processo proposto por Silvio Almeida. O conceito althusseriano de processo aponta para que ações sem um sujeito definido a priori. O que é estrutural se reproduz por ser parte de uma lógica sistêmica. A forma de se superar é a ruptura com a estrutura que o retroalimenta.

Por isto que o conceito de racismo estrutural é subvertido de forma capciosa pela narrativa midiática hegemônica e utilizado como forma tanto de absorver as demandas dos movimentos sociais antirracistas como também reforçar o papel de legitimação do debate público que as instituições midiáticas adquiriram na sociedade capitalista.

Os meios de comunicação de massa exercem o seu poder simbólico interpelando e assujeitando as tensões raciais no espectro do relativismo comportamental aproveitando a emergência da retórica como referência discursiva na ambiência das sociabilidades tecnoculturais e a transfiguração das estruturas de poder para a psicopolítica.

A disputa retórica é a reconstrução ideal do panorama do mundo da precarização, da disputa, do engajamento em prol do capital. No caso do terreno midiático, as tensões raciais

são direcionadas para o engajamento pela disputa do capital simbólico dentro das regras do poder simbólico da mídia. Nunca se falou tanto de racismo e nunca este racismo mais expressa sua crueldade, principalmente em tempos de crise mais aguda como a vivida recentemente pelo Brasil nos tempos da pandemia do coronavírus.

Assim, abrem-se novas perspectivas teóricas para se analisar as relações entre meios de comunicação de massa e relações raciais nestes tempos de sociedade midiaticizada.

### Referências

- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural**. S. Paulo: Pólen, 2018
- ARAUJO, Joel Zito. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. S. Paulo: Editora Senac, 2019;
- CARNEIRO, Sueli. “Movimento negro no Brasil: velhos e novos desafios” in: **CADERNO CRH**, Salvador, n. 36, p. 209-215, jan./jun. 2002
- CARRANÇA, Flavio.; BORGES, Rosane. (orgs) **Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro**. S. Paulo: Imesp, 2004
- FOLHA DE S. PAULO “Folha muda o conselho editorial e reforça diversidade” (disponível em <http://movimentoar.com.br/folha-muda-conselho-editorial-e-reforca-diversidade/> - acesso em 22/02/2023)
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. S. Paulo: Loyola, 1996
- FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. S. Paulo: Boitempo, 2020
- GIUSTI, Iran. GloboNews escala time exclusivo de jornalistas negros e negras para falar sobre racismo. (disponível em <https://www.casaum.org/globonews-escala-time-exclusivo-de-jornalistas-negros-e-negras-para-falar-sobre-racismo/> - acesso em 22/02/2023)
- HAN, Bill-Chyung.. **Psicopolítica – o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte, MG: Ayiné, 2018
- KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. S. Paulo: Abril Cultural, 1974
- KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru: Udesc, 2001
- LUCE, Mathias. S. **Teoria marxista da dependência**: S. Paulo: Expressão Popular, 2018
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia** México: Era, 1981.
- MILLS, Charles Wade. **The racial contract**. Cornell University Press, 1999

NARLOCH, Leandro. “Luxo e riqueza de sinhas pretas” in <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/leandro-narloch/2021/09/luxo-e-riqueza-das-sinhas-pretas-precisam-inspirar-o-movimento-negro.shtml> (acesso em 22/02/2023)

OLIVEIRA, Dennis. “Racismo estrutural: apontamentos para uma discussão conceitual” in: [https://www.movimientos.org/es/dhplural/foro-racismo/show\\_text.php3%3Fkey%3D371](https://www.movimientos.org/es/dhplural/foro-racismo/show_text.php3%3Fkey%3D371) (acesso fevereiro/2022)

\_\_\_\_\_. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. S. Paulo: Dandara, 2021

\_\_\_\_\_. Risério, racismo reverso e a Folha sendo Folha in: *Jornal Unidade* n. 414 (jan/fev/mar 2022) p. 14 – disponível em [https://sjsp.org.br/system/uploads/ck/files/unidade\\_ed414\\_web.pdf](https://sjsp.org.br/system/uploads/ck/files/unidade_ed414_web.pdf)

QUIJANO, Annibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005

RISERIO, Antonio. “Racismo de negros contra brancos ganha força com identitarismo” in: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/01/racismo-de-negros-contra-brancos-ganha-forca-com-identitarismo.shtml> (acesso 22/02/2023)

SFEZ, Lucien. **Crítica da comunicação**. S. Paulo: Loyola, 1994

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2002

\_\_\_\_\_. **Estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. S. Paulo: Mauad, 2018

\_\_\_\_\_. **Reinventando @ cultura: a comunicação e seus produtos**. Petrópolis: Vozes, 1996

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 2011

\_\_\_\_\_. **Mídia e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2002